

Dívida estadual atrasa MP dos bancos

CORREIO BRASILENSE

Dificuldades para definir as condições e os limites dos empréstimos do Tesouro Nacional aos governos estaduais estão atrasando a elaboração da medida provisória de socorro os bancos estaduais. "É um assunto muito complexo", disse o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Além de temer o peso dessas operações sobre o déficit público, o governo ainda tem dúvidas quanto à operacionalização dos empréstimos e com as contragarantias a serem exigidas dos estados. Mesmo assim, a medida "sairá logo", segundo Loyola.

O presidente do BC disse que há dificuldades para definir os mecanismos pelos quais o Tesouro Nacional concederá empréstimos aos governos estaduais para que eles quitem sua dívida junto aos bancos. O Tesouro exigirá que os estados

apresentem garantias, mas ainda não está decidido quais.

A MP dos bancos prevê a possibilidade de o Tesouro adiantar aos governadores os recursos que eles teriam com a venda das empresas estatais estaduais. Segundo um técnico do Ministério da Fazenda, esse adiantamento será feito com base no privatização de cada estado, que está sendo calculado pelo BNDES. "Queremos saber como asseguraremos que os estados farão o que propuseram e o que fazer se eles não cumprirem o prometido", disse Loyola.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

A equipe econômica do governo prepara ainda uma solução para a dívida mobiliária (em títulos) dos estados, hoje em torno de R\$ 50 bilhões. Essa é, segundo os técnicos, a última grande pendência antes da reorgani-

zação total das finanças públicas após a estabilização econômica.

O Tesouro Nacional poderá absorver essas dívidas, refinanciando-as em um prazo mais longo e com taxas de juros mais baixas. Uma hipótese seria uma rolagem em 30 anos, com os estados pagando ao Tesouro juros de 6% ao ano mais a variação cambial.

O problema é que os governadores resistem a assumir qualquer solução, porque muitos estados não estão pagando essa dívida. Desde 1994, o Senado tem permitido a rolagem integral desses débitos. A área econômica do governo federal quer evitar que o problema continue sem solução.

"Não queremos dar alívio para a dívida dos estados, nem perdoar nada, queremos que sejam quitadas, ou com a venda de ativos ou por meio de um refinanciamento possí-

vel de ser pago", disse o presidente do BC, Gustavo Loyola.

Para incentivar os Estados a assumirem o pagamento de suas dívidas mobiliárias, o governo chegou a pensar em atrelar esses débitos ao socorro aos bancos estaduais. Loyola informou, porém, que as duas questões serão tratadas separadamente. "Os estudos sobre a dívida mobiliária estão mais incipientes do que os dos bancos", disse ele.

Os estados poderão ser pressionados de outra forma, segundo um técnico do Ministério da Fazenda. "O Banco Mundial não quer mais emprestar dinheiro aos estados que não tiverem sanado problema da dívida mobiliária", disse. Da mesma forma, os estados poderão ter dificuldades em obter empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).